



Letras
Ambientais

Resenha do Livro "Um século de secas no Semiárido brasileiro"

Por Letras Ambientais
sexta, 06 de abril de 2018



O Livro [“Um século de secas: por que as políticas hídricas não transformaram o Semiárido brasileiro?”](#) analisa a **história de mais de 100 anos de políticas para as secas** no Semiárido brasileiro, apresentando diretrizes para uma melhor governança hídrica nos dias atuais.

O Livro foi publicado este ano, pela Editora Chiado (Portugal), com 434 páginas, e está estruturado em oito capítulos. Um estudo sobre as políticas de adaptação às secas, a obra auxilia profissionais a criar estratégias para a gestão sustentável da seca no Semiárido brasileiro – **algo essencial num País onde cerca de 13% da atual população vive na região.**

A abrangência temporal da pesquisa, bem como as instituições e entidades analisadas, possibilitaram ao Livro uma visão ampla dos **fatores comuns às políticas de adaptação aos impactos da seca no Semiárido.**

Dentre as perguntas que o Livro responde, estão: por que as inúmeras políticas hídricas implementadas no Semiárido, durante mais de um século, não foram capazes de transformar a realidade social da região? Qual o motivo de as secas continuarem **tomando proporções de desastre natural, causando prejuízos generalizados à economia?**

Indaga-se também: por que **obras intensamente propaladas como soluções às secas** (açudagem, irrigação, perfuração de poços, Projeto de Integração do Rio São Francisco, etc.) não modificaram ou, talvez ainda não sejam suficientes, para alterar o cenário socioeconômico da região?

Em [“Um século de secas”](#), os autores buscaram na história explicações à tradicional inefetividade das ações de mitigação dos impactos das secas, no Semiárido brasileiro. Além de oferecerem uma compreensão crítica e abrangente sobre o Semiárido brasileiro, no passado e no presente, **apontaram caminhos e traçaram estratégias político-institucionais** em torno da gestão sustentável das secas, no contexto de possíveis mudanças climáticas.

A partir de um amplo levantamento documental, associado a dados climáticos, meteorológicos, séries históricas e imagens de satélites, os autores descreveram as várias secas ocorridas no período (1901-2016). Ao mesmo tempo, analisaram as políticas lançadas durante cada um desses eventos de secas, como **capacidade de resposta governamental frente às consequências do fenômeno climático** sobre a população socialmente vulnerável.

Políticas hídricas para a seca



Trecho do Projeto de Integração do Rio São Francisco.

O Livro está estruturado em três fases históricas distintas, segundo as soluções políticas adotadas em cada período:

1) Solução hidráulica (1909-1940)

Neste período, ocorreu o processo de **institucionalização das primeiras políticas hídricas, implementadas pelo Estado brasileiro**, visando atenuar os impactos das secas. Isso ocorreu por intermédio da pioneira Inspectoria de Obras Contra as Secas (IOCS), atual Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

A obra destaca o modo como concepções científicas, específicas da época, influenciaram na **capacidade de resposta institucional dos governos frente às secas**. Ou seja, como essas visões científicas subsidiaram a formulação de determinadas políticas. Como exemplo, citamos as obras de construção de grandes açudes para armazenamento da água das chuvas.

Também foram analisados os limites dessas políticas quanto à necessidade de formação técnica dos produtores rurais e ao **preparo da população para apropriação das inovações tecnológicas**.

É fato que as grandes obras de açudagem e de perfuração de poços contribuíram com a **consolidação de uma infraestrutura hídrica de armazenamento de água**, ainda inexistente no Semiárido. Todavia, juntamente com as iniciativas de irrigação na região, as ações foram insuficientes à transformação do modo como a população convivia com as secas.

2) Políticas de desenvolvimento econômico (1950-1980)

Nesta fase, o Livro destaca a influência do economista paraibano **Celso Furtado na implementação de um projeto político de desenvolvimento no Semiárido do Brasil**, a partir da Superintendência de Desenvolvimento para o Nordeste (Sudene).

A obra também ressalta as contradições que marcaram a época, bem como os **desafios e entraves a um projeto de transformação**, por meio da proposta de industrialização da região e do acesso à água e à terra, de forma socialmente justa.

3) Políticas de desenvolvimento sustentável (1990-2016)

Esta fase teve como marco legal a instituição da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/97), considerada **uma das legislações hídricas mais democráticas do mundo**, em função de propor um modelo de gestão hídrica compartilhada, descentralizada e participativa.

Os autores analisaram, no Livro, como essa política está sendo implementada no Semiárido, apontando alguns fatores limitantes à sua efetividade. A ausência de um sistema de gestão eficiente das águas, baseado no planejamento integrado, com participação social, faz com que as instituições continuem priorizando as ações de caráter emergencial. Dessa forma, a população continua vulnerável às secas, sendo poucos os avanços em direção ao uso racional e sustentável das águas.

A “seca do século” (2010-2017)



O Livro "[Um século de secas](#)" foi escrito enquanto ocorria **um dos piores eventos climáticos da história do Semiárido brasileiro, denominado pelos autores de a “seca do século” (2010-2017)**. O fenômeno climático, com intensidade, abrangência e duração sem precedentes até então, teve consequências devastadoras à população, à economia e ao ambiente da região.

A começar pela severidade da crise hídrica que o Semiárido enfrentou, estando ainda suas **instituições, governos e sociedade despreparados para adotar medidas e soluções** de curto prazo, em função da complexidade dos problemas dependerem de alternativas e investimentos de longa duração.

Em 2012, cerca de 5 milhões de pessoas foram afetadas diretamente pela seca no Semiárido. Praticamente todos os 1.135 municípios, que então compunham a região, decretaram situação de emergência, em razão dos efeitos do desastre climático. Alguns desses municípios foram reconhecidos mais de uma vez nessa condição.

Os impactos da “seca do século” afetaram diretamente a economia nacional, especialmente a população das metrópoles, quando houve grande redução na oferta de produtos e **aumento nos preços dos alimentos**.

Diante dessa recente crise hídrica na região, **pouco foi feito, em termos de políticas públicas**, com o intuito de modificar a cultura de uso irracional e de desperdício da água, por meio da educação ambiental da população.

Faltaram também ações consistentes de promoção à reciclagem e à dessalinização desse recurso natural, ampliação da infraestrutura hídrica da região e **fortalecimento institucional da gestão**.

>> **Leia também:** [10 lições dos países líderes em gestão sustentável das águas](#)

Crise hídrica ou falta de governança?



Castanhão, maior açude público do Brasil. Foto: O Povo.

Quando se fala em planejamento e gestão hídrica no Semiárido, estamos nos referindo a um controle maior da relação entre os usos da água e sua disponibilidade, durante determinado período. **A gestão dos recursos hídricos é feita por governos, instituições e usuários de águas**, de forma compartilhada.

As decisões de gestão devem evitar que **determinado setor, a exemplo da agricultura irrigada, utilize mais água do que sua disponibilidade prevista**. Dessa forma, busca-se garantir os usos prioritários desse recurso natural (abastecimento humano e dessedentação de animais), especialmente durante a seca.

No Livro ["Um século de secas"](#), **a crise hídrica é explicada mais como um problema de governança do que de escassez**. As instituições ligadas à gestão das águas no Brasil ainda não estão articuladas o suficiente para a aplicação dos instrumentos

previstos na legislação. A gestão eficiente dos recursos hídricos pode promover impactos positivos à segurança hídrica da população e ao setor produtivo.

Os comitês de bacias hidrográficas ainda são fóruns marcados por desigualdades de poder político, econômico e de conhecimento. A sociedade civil não está devidamente qualificada a participar do processo de tomada de decisão política sobre as águas. Os governos, por sua vez, não parecem dispostos a abrirem mão do seu controle centralizado.

Essa realidade não ocorre apenas no Brasil, como abordado no Livro. Ressaltando-se as particularidades de cada região, **a gestão eficiente das águas é um conceito complexo e desafiante** para muitos outros países.

Participação e tecnologias sociais: caminhos para a transformação?



A partir dos anos 1990, a sociedade civil passou a participar ativamente da **formulação de políticas adaptadas ao Semiárido** brasileiro, especialmente voltadas à convivência com as secas.

A participação social no processo de governança, prevista na atual legislação hídrica do País, é **condição fundamental à promoção do uso eficiente e democrático das águas**. A gestão compartilhada permite que os diversos usuários atuem, de forma preventiva, no planejamento de medidas para adaptação às secas.

No último capítulo do Livro, os autores avaliaram como **organizações civis do Semiárido** têm atuado na implementação de políticas de acesso à água, em áreas rurais da região.

Também analisaram como grupos sociais específicos dos **Cariris paraibanos, microrregiões mais secas do Brasil, apropriaram-se do direito de participação**, visando promover a governança democrática das águas, no âmbito dos comitês de bacias hidrográficas. Por fim, mapearam e descreveram as principais tecnologias sociais hídricas implantadas na região (cisterna calçadão, tanque de pedra, cisterna-enxurrada, barragem subterrânea, barraginha, bomba d'água popular e barreiro trincheira).

Na obra, também são ressaltados os **avanços na descentralização dessas políticas de acesso à água**, baseados na participação da sociedade civil. Discutiram-se, ainda, os desafios à universalização do acesso a tecnologias sociais hídricas no meio rural, visando propiciar melhor adaptação da população às secas.

Políticas de impacto no Semiárido



Reúso e dessalinização da água do mar são alternativas.

A “[seca do século](#)” (2010-2017) no Semiárido brasileiro deixou lições importantes aos atuais formuladores de políticas hídricas. Uma delas é a necessidade da elaboração de programas para propiciar uma **maior capacidade de resiliência por parte da população**.

Dentre as **ações a demandarem maiores investimentos no Semiárido brasileiro**, estão: educação ambiental, gestão sustentável das secas, qualificação da sociedade civil para participar da governança hídrica, infraestrutura de reúso e dessalinização das águas e captação urbana da água da chuva.

Além disso, devem-se apostar em estratégias de eficiência hídrica e energética, conservação das fontes naturais, redução da poluição dos corpos d'água, **combate às perdas e desperdício**, cobrança pelo uso dos recursos hídricos, bem como tecnologias adaptadas às secas.

>> **Leia também:** [Energias renováveis - 10 motivos porque reduzem a crise](#)

Conclusão

A **experiência histórica é fundamental ao desenho de estratégias de desenvolvimento sustentável no Semiárido brasileiro**, especialmente diante de desafios complexos, como desertificação e mudanças climáticas.

Ao estudarem as políticas hídricas do passado, os autores do Livro "[Um século de secas](#)" lançaram luz ao **planejamento atual de respostas coordenadas e sistemáticas de adaptação às secas**, visando aumentar a resiliência da população aos seus impactos.

Na sua opinião, o que pode ser feito para que as políticas para a seca alcancem melhores resultados? Como você avalia a gestão das águas na região do Semiárido?

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

LETRAS AMBIENTAIS. [Título do artigo]. ISSN 2674-760X. Acessado em: [Data do acesso]. Disponível em: [Link do artigo].

Instituto



Quem somos

O Letras Ambientais é uma instituição privada, sem fins lucrativos. Seu objetivo é a defesa, preservação e conservação do meio ambiente.

Endereço para correspondência: Av. José Sampaio Luz, 1046, Sala 101 – Ponta Verde. Maceió (AL). CEP: 57035-260.

Fone: (82) 3023-3660 **E-mail:** contato@letrasambientais.org.br

ISSN: 2674-760X

